

Economia Solidária e Incubadoras Femininas: Alternativas ao Neoliberalismo

Solidarity Economy and Women's Incubators: Alternatives to Neoliberalism

Autoria

Larissy Alana da Silva Holanda¹

André Vasconcelos Ferreira²

Resumo: Este estudo tem como objetivo refletir sobre o papel das incubadoras femininas na economia solidária, destacando sua contribuição para a autonomia econômica das mulheres e sua atuação como forma de resistência ao neoliberalismo. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, fundamentando-se na análise de bibliografia especializada e em documentos institucionais sobre neoliberalismo, economia solidária e incubadoras femininas. Observou-se que a economia solidária emerge como estratégia de resistência, promovendo a cooperação, a autogestão e a inclusão produtiva de grupos historicamente marginalizados. Nesse contexto, as incubadoras femininas assumem um papel essencial ao fornecer suporte técnico e capacitação, viabilizando a criação de empreendimentos sustentáveis e socialmente justos. O estudo conclui que essas iniciativas representam mecanismos fundamentais para o empoderamento econômico das mulheres e para a transformação social, reforçando a necessidade de maior suporte estatal e da implementação de políticas públicas que favoreçam sua expansão e consolidação.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Trabalho Feminino. Economia Solidária. Incubadoras Femininas

Abstract: the aim of this study is to reflect on the role of women's incubators in the solidarity economy, highlighting their contribution to women's economic autonomy and their role as a form of resistance to neoliberalism. This is an exploratory and descriptive study with a qualitative approach, based on an analysis of specialized bibliography and institutional documents on neoliberalism, the solidarity economy and women's incubators. It was observed that the solidarity economy emerges as a strategy of resistance, promoting cooperation, self-management and the productive inclusion of historically marginalized groups. In this context, women's incubators play an essential role in providing technical support and training, enabling the creation of sustainable and socially just enterprises. The study concludes that these initiatives represent fundamental mechanisms for women's economic empowerment and social transformation, reinforcing the need for greater state support and the implementation of public policies that favor their expansion and consolidation.

Keywords: Neoliberalism. Women's work. Solidarity economy. Women's Incubators

¹ Assistente Social, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas - PPGAPP/UFC - Universidade Federal do Ceará, E-mail: larissyalana@gmail.com

² Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Professor associado ao Departamento de Teoria Econômica e do Programa de Pós - Graduação em Avaliação de Políticas Públicas - PPGAPP / UFC - Universidade Federal do Ceará, E-mail: vf.andre@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre o papel das incubadoras femininas na economia solidária, destacando sua contribuição para a autonomia econômica das mulheres e sua atuação como forma de resistência ao neoliberalismo. A discussão parte do entendimento de que as mulheres são duplamente impactadas pelo capitalismo, tanto pela exploração do trabalho quanto pela desigualdade de gênero, o que torna fundamental a busca por alternativas ao modelo neoliberal.

Federici (2021), em *O Patriarcado do Salário*, argumenta que a divisão sexual do trabalho foi historicamente estruturada para atender às necessidades de expansão do capital, a partir da separação entre o trabalho produtivo (remunerado e majoritariamente atribuído aos homens) e o trabalho reprodutivo (não remunerado e socialmente delegado às mulheres, como o trabalho doméstico, afetivo e de cuidado). A autora critica o marxismo tradicional por negligenciar a centralidade do trabalho reprodutivo na manutenção da força de trabalho e na sustentação do sistema capitalista.

O sistema neoliberal tem gerado impactos negativos para a população feminina, restringindo sua representatividade, ampliando a desigualdade salarial em relação aos homens e sobrecarregando-as com jornadas duplas de trabalho. Para compreender esse cenário, é necessário analisar a dinâmica do capitalismo, que, segundo Rangel (2012), opera em ciclos econômicos de expansão e recessão. No início do século XX, por exemplo, a crise de 1929 levou à adoção do modelo econômico keynesiano, também conhecido como Estado de Bem-Estar Social, no qual o Estado interveio na economia para estimular o crescimento, gerar empregos e garantir direitos sociais e trabalhistas.

Contudo, a partir da década de 1970, as economias centrais enfrentaram uma nova crise, impulsionada pela acumulação excessiva de capital e pela regulação dos monopólios. A resposta a essa crise foi a adoção do modelo neoliberal, cujos princípios foram defendidos por Hayek (1990), notório defensor do livre mercado, do individualismo e do Estado mínimo na economia. Seu livro *O Caminho da Servidão* fundamentou a implementação desse modelo nas principais economias capitalistas, moldando um cenário no qual a lógica do lucro David Harvey prevalece sobre os direitos trabalhistas.

David Harvey (2005) critica essa perspectiva ao argumentar que o neoliberalismo aprofundou desigualdades sociais, precarizou o trabalho e enfraqueceu o Estado de Bem-Estar Social. De acordo com o autor, as políticas neoliberais impuseram austeridade,

privatizações e desregulamentação, impactando diretamente o mercado de trabalho e afetando, de maneira desproporcional, a vida das mulheres. Esse modelo econômico redefiniu não apenas as políticas de mercado, mas também a organização social e as políticas públicas, agravando a exclusão feminina no trabalho formal e reforçando desigualdades estruturais.

Diante desse cenário, a economia solidária emerge como alternativa ao modelo neoliberal, promovendo a cooperação, a autogestão e a inclusão social. Nesse contexto, as incubadoras femininas assumem um papel fundamental ao apoiar a autonomia econômica das mulheres, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade. Essas iniciativas não apenas possibilitam a inserção produtiva feminina, mas também representam estratégias de resistência à exploração neoliberal, contribuindo para a construção de um modelo econômico mais justo e inclusivo.

Diante da contextualização apresentada, a questão central que orienta esta pesquisa é: como as incubadoras femininas contribuem para a promoção da autonomia econômica das mulheres e para a resistência ao modelo neoliberal?

Deste modo, este estudo está organizado em seis seções. A primeira seção, “Introdução”, contextualiza e delimita o tema, além de apresentar a questão de pesquisa, o objetivo e a justificativa do estudo. Nas seções seguintes, visando o objetivo desta pesquisa, são apresentadas reflexões acerca dos seguintes componentes: a) Neoliberalismo e seus Impactos na Organização do Trabalho Feminino; b) Economia Solidária como Resistência ao Neoliberalismo; e c) O Papel das Incubadoras Femininas na Economia Solidária. Por fim, as considerações finais retomam os principais achados do estudo e apontam caminhos para futuras investigações.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, fundamentando-se na análise de bibliografia especializada e em documentos institucionais sobre neoliberalismo, economia solidária e incubadoras femininas.

O caráter exploratório do estudo abrange diversas etapas da pesquisa, desde a escolha do tema e a delimitação do problema até a definição do objeto e de seus objetivos, a construção do marco teórico-conceitual, a seleção dos instrumentos de coleta de dados e a realização do trabalho de campo (Minayo, 1992). A pesquisa bibliográfica oferece o alicerce necessário à investigação exploratória e, por isso, deve ser conduzida com disciplina, de modo a sistematizar a bibliografia por meio de fichamentos; com espírito crítico, promovendo

um diálogo reflexivo entre a teoria e o objeto de investigação; e com domínio do problema de pesquisa, garantindo profundidade à análise proposta.

A abordagem qualitativa justifica-se pela natureza interpretativa da pesquisa, que se fundamenta na análise crítica de textos e documentos, visando compreender de forma aprofundada o papel das incubadoras femininas na economia solidária (Flick, 2009).

A pesquisa adota a abordagem bibliográfica por permitir a análise crítica de conceitos e debates já estabelecidos sobre economia solidária e incubadoras femininas (Fonseca, 2002). Para tanto, foram selecionados textos acadêmicos, relatórios de instituições públicas e organizações do terceiro setor, bem como legislação e normativas referentes à economia solidária no Brasil.

O levantamento bibliográfico seguiu três etapas: (I) definição de descritores, com termos-chave como 'neoliberalismo', 'trabalho feminino' e 'economia solidária'; (II) seleção de fontes, incluindo artigos científicos, livros e documentos oficiais do IBGE e SENAES; e (III) análise e sistematização dos dados, organizando os conteúdos em categorias temáticas para discutir os impactos do neoliberalismo no trabalho feminino e o papel das incubadoras como resistência.

A revisão bibliográfica não apenas fundamenta teoricamente a pesquisa, mas também permite a construção de uma reflexão sobre a atuação das incubadoras femininas dentro da economia solidária (Fonseca, 2002). Dessa forma, a metodologia adotada viabiliza uma análise crítica das estratégias de resistência ao neoliberalismo e da importância dessas iniciativas para a promoção da equidade de gênero no mundo do trabalho.

3 NEOLIBERALISMO E SEUS IMPACTOS NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO

As relações de trabalho vem se produzindo e se transformando no decorrer da história conforme as regras do mercado, as quais tem se moldado de acordo com as demandas das crises cíclicas que a sociedade tem enfrentado, tal fato tem ocorrido na tentativa de manter a hegemonia e o controle econômico. Em meados dos anos 70 do século XX, as economias globais passaram por transformações na forma de produção que resultaram na inclusão de tecnologias como: robótica, genética, telecomunicação, escala territorial e automobilística.

O processo citado acima é conhecido como reestruturação do capital, o qual é proposto pelo neoliberalismo e orienta as empresas a produzirem a partir de medidas como desregularização e flexibilização do trabalho impondo ao trabalhador que para continuar

inserido no mercado de trabalho deve assumir uma postura polivalente tendo que realizar agora várias funções recebendo o mesmo salário. Dentre os diversos fatores que esse processo causou temos a redução do trabalho formal e consequentemente o aumento do trabalho informal atrelado a fragilização das leis trabalhistas. Harvey (2005) argumenta que o neoliberalismo não é apenas uma política econômica, mas uma forma de reorganização das estruturas sociais e políticas que visam promover a acumulação de capital, transferindo poder para elites empresariais e financeiras.

Antunes (2003) sinaliza que nesse contexto percebeu-se uma maior heterogeneização do trabalho a partir do aumento do público feminino nas empresas / fábricas com salários inferiores aos dos homens e ressalta a subexploração na ampliação do trabalho parcial, temporário, subcontratado e terceirizado.

Harvey (2005) reforça que o neoliberalismo trata-se de um projeto político e econômico que busca colaborar com o capital a todo custo, sem se preocupar com os prejuízos que as medidas deste modelo possam causar ao trabalhador (a), desta forma, não mede esforços para enfraquecer os sindicatos, promover a informalidade e reduzir a proteção social. A lógica que predomina é a da concorrência entre empresas e trabalhadores, focando na maximização do lucro. Dessa maneira, os que mais sofrem com esse projeto são os trabalhadores (as), especialmente mulheres, que diante das precarizações buscam lutar pela conquista de espaços de representatividade e por melhores remunerações salariais.

Para Saffioti (1996) o patriarcado e o capitalismo se conectam ideologicamente para manterem as mulheres em posições subalternas, tanto na esfera doméstica, como no mundo do trabalho, de forma a precarizar o trabalho feminino através da apropriação do trabalho duplamente explorador: a partir do modo de trabalho sub - remunerado e do trabalho não remunerado (doméstico) extremamente necessário para manutenção do capitalismo. A autora destaca que as políticas neoliberais aprofundam as desigualdades, especialmente para mulheres, que enfrentam a sobrecarga do trabalho produtivo e reprodutivo.

Segundo Hirata (2007), a divisão sexual do trabalho fundamenta-se em dois princípios organizadores que ajudam a compreender a desigualdade entre homens e mulheres. O primeiro é o princípio da separação, que estabelece a existência de determinados tipos de trabalho socialmente atribuídos aos homens e outros, considerados próprios das mulheres. O segundo é o princípio hierárquico, segundo o qual o trabalho realizado pelos homens é mais valorizado do que aquele desempenhado pelas mulheres. Ambos os princípios contribuem para a atribuição de papéis sociais diferenciados entre os gêneros, papéis esses que foram historicamente legitimados e naturalizados nas estruturas sociais.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, as mulheres sofrem desigualdades com relação ao salário e à inclusão no mercado formal, pois constatou-se que os homens recebem um salário 17% maior que as mulheres, e recebem por mês o equivalente ao valor de R\$ 3.790, enquanto elas cerca de 3.240, logo, as mulheres recebem R\$ 550,00 reais a menos que os homens. Observou-se também que dentre os assalariados 55% eram homens e 45% eram mulheres. Logo, a desigualdade salarial está explícita nos indicadores sociais do Estado, o que se precisa é pensar em políticas públicas que combatam essas desigualdades e equalizem as disparidades de gênero.

É válido salientar que, o trabalho da mulher continua nas atividades em casa, colocando-a em uma posição onde assume uma dupla jornada de trabalho, a qual fica responsável por atividades como cuidado de crianças e idosos e pela organização da casa. Verificou-se ainda no censo de 2022 que elas dedicam, em média, 21,3 horas semanais em atividades domésticas, enquanto os homens 11,7 horas. Tais dados reforçam as artimanhas do patriarcado intrínseco nos papéis “predestinados” socialmente para homens e mulheres.

Saffioti (1996) explica que o patriarcalismo existe a milhares de anos, desde a sociedade pré - histórica quando as mulheres ficavam responsáveis pela coleta (atividades diárias) e conseguiam paralelamente a execução desta tarefa, amamentar os filhos (as), enquanto os homens assumiram a atividade da caça (atividade realizada mais esporadicamente). Logo, compreendemos diante dos dados expostos que, o fato das mulheres terem uma carga de trabalho superior e com salários baixos com relação aos homens, encontram-se em uma situação de exploração ainda mais agravante. E quando analisamos essas situações olhando para as mulheres negras, identificamos que estas acabam sendo subjugadas a uma condição ainda maior de exploração, sofrendo duplamente as injustiças impostas pelo mercado de trabalho.

É importante refletir sobre a posição do Estado nesse contexto, o qual ao aprovar a reforma trabalhista em julho de 2017 mostra que está do lado dos empregadores que visa a limitação da responsabilidade do Estado através da terceirização, ampliação da jornada de trabalho, a infortalizade e a fragilidade dos sindicatos (limitando o acesso aos direitos trabalhistas). É neste ambiente de desproteção que o trabalho informal ganha espaço, consolidando-se como um meio de acesso a renda. Neste contexto, a Economia Solidária surge com iniciativas produtivas que buscam fugir dessa lógica capitalista de exploração e repressão.

4 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO RESISTÊNCIA AO NEOLIBERALISMO

Em 2022 a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou uma pesquisa que apontava que “ mais de 40 milhões de pessoas trabalhavam em situação de informalidade no Brasil, representando 42,1% da população ocupada ”. Percebemos que a informalidade no mercado de trabalho está presente na vida de muitos brasileiros e entendemos que esta situação está ligada particularmente ao desemprego, pois compreendemos que ao serem desligadas dos seus espaços de trabalho as pessoas tendem a recorrer a atividades informais para manter sua subsistência.

A Economia Solidária surge na Grã-Bretanha no início do século XIX, como uma alternativa aos trabalhadores que passaram por essa situação de desemprego, a partir do processo de substituição do homem pelas máquinas, ocasionado pela industrialização. Nesse período houve um aumento crescente nas taxas de desemprego entre os trabalhadores que atuavam nas fábricas e como resposta a esse movimento foram criadas cooperativas, inspiradas por operários que prezavam por valores ligados à igualdade e à democracia e que tinham como objetivo empregar o trabalhador e garantir sua autonomia econômica.

Nos anos 80 a Economia Solidária ressurgiu no cenário brasileiro mas só em meados dos anos 1990 é que se consolida nacionalmente e passa a ganhar um maior destaque. Neste período as medidas neoliberais passam a impulsionar a reestruturação produtiva que tende a gerar o aumento da inflação e a restrição dos locais de trabalho, impactando negativamente na vida dos trabalhadores que diante da situação de desemprego passam a buscar na informalidade um meio de sobrevivência e neste processo perdem seus direitos trabalhistas.

Para Singer (2002) a Economia Solidária pratica princípios contrários ao modelo neoliberal, pois ao invés da competitividade preza pelo cooperativismo, ao invés do lucro visa a distribuição equitativa entre os sócios, ao invés de consumo irresponsável prefere o consumo sustentável, ao invés de produção da pobreza buscam erradicá-la através da inclusão de grupos vulneráveis, ao invés de serem submissos a decisão de um chefe optam por decidirem coletivamente e democraticamente acerca das melhores medidas para todos (as).

Contudo, o referido autor ressalta que, o fato de estarmos inseridos no sistema capitalista, o qual é movido por princípios voltados para competição e maximização dos lucros possibilita que os empreendimentos solidários se deixem envolver pelas artimanhas do

capitalismo. Isso pode ocorrer pelo fato do modelo de produção está conectado hegemonicamente com o sistema de produção capitalista, assim:

Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa. A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social (Singer, 2002, p.4).

Logo, a Economia Solidária tem se mostrado como uma possibilidade de resistência ao capitalismo, sendo uma alternativa de “inclusão” para aquelas que se encontram fora do mercado de trabalho formal. Podemos reforçar esta afirmação pelo fato de tal modelo já ser considerado uma política pública voltada para o combate ao desemprego e a precarização do trabalho. Assim, “a economia solidária é a mais importante alternativa ao capitalismo neste momento histórico, por oferecer uma solução prática e factível à exclusão social, que o capitalismo em sua nova fase liberal exacerba” (Singer, 2002, p. 9).

Nesse contexto neoliberal, onde o Estado por muitas vezes omite seu papel de garantidor de direitos e a Economia Solidária torna-se uma alternativa viável para trabalhadores excluídos do mercado formal. Assim, através da criação de redes de apoio ela fortalece a autonomia econômica de grupos historicamente marginalizados, como as mulheres em situação de vulnerabilidade.

Bauhardt (2014) destaca que a discussão sobre equidade de gênero é essencial para a transformação da atual conjuntura econômica. O modelo vigente atribui às mulheres a responsabilidade pelos cuidados no âmbito doméstico, como o cuidado com filhos, idosos e a manutenção da casa, sem reconhecer essas atividades como trabalho remunerado. Dessa forma, essas tarefas tornam-se invisíveis para a economia tradicional.

Para alcançar a justiça social, é necessário dissociar a participação social e as relações de poder da lógica centrada em emprego e renda, uma vez que esses fatores estão diretamente relacionados à equidade de participação entre homens e mulheres (Bauhardt, 2014). Além disso, a autora ressalta que as oportunidades de trabalho e geração de renda são impactadas pela carga de atividades domésticas historicamente atribuídas às mulheres. Como essas atividades não são remuneradas, o ideal seria que fossem compartilhadas de forma equitativa entre homens e mulheres. Por fim, enfatiza a necessidade de reconfigurar os conceitos de trabalho reprodutivo e de cuidado para combater a feminização dessas tarefas.

Nesse contexto, Bauhardt (2014) aponta que a Economia Solidária enfrenta o desafio de romper com a lógica de mercado predominante, baseada na exploração do trabalho produtivo e reprodutivo feminino. Como alternativa, propõe a Economia Feminista, que busca superar essas limitações. Frazer (2002) reforça essa proposta ao sugerir que a Economia Solidária pode adotar práticas de autogestão e cooperação, conectando-se aos valores da Economia Feminista para promover transformações capazes de garantir justiça de gênero por meio de práticas feministas de organização coletiva.

Este artigo adota a concepção de "gênero" e "mulher" a partir das contribuições de autoras feministas pós-coloniais, como Fraser (2002), que ampliam seus olhares para as construções sociais e os contextos históricos. Deste modo, revelando uma ressignificação das organizações que valorize tanto as atividades produtivas quanto as reprodutivas realizadas pelas mulheres, contribuindo assim para a justiça de gênero.

A partir das reflexões de Fraser (2002), compreende-se que a promoção da justiça de gênero exige uma racionalidade substantiva nas organizações. Essa racionalidade atua como mediadora para o equilíbrio entre três dimensões: redistribuição (voltada à distribuição equitativa de recursos e oportunidades); reconhecimento (focado na valorização igualitária de identidades e culturas); e representação (relacionada à participação igualitária de mulheres na esfera pública e política). Por meio dessa abordagem tridimensional, observa-se uma ressignificação das organizações que valorizam tanto as atividades produtivas quanto as reprodutivas realizadas pelas mulheres, contribuindo assim para a justiça de gênero.

Destaca-se, nesse cenário, o modelo organizacional proposto por Martin (1993, 2003), que se alinha fortemente aos princípios da Economia Solidária. Sua abordagem incorpora valores sociais, culturais e éticos, diferenciando-se da lógica mercantilista centrada no lucro. Nos empreendimentos solidários liderados por mulheres, práticas de autogestão se sobressaem, articulando-se com os princípios da Economia Solidária e promovendo o empoderamento feminino, a construção de laços cooperativos e comunitários, a democracia, a participação, o cuidado mútuo e a busca por transformações sociais significativas.

Para Soares e Rebouças (2022), a forma solidária de produção proposta pela Economia Solidária distingue-se das formas tradicionais de organização burocrática, estabelecendo uma lógica social alternativa baseada na cooperação e no bem-estar coletivo. Nesse contexto, destaca-se a atuação da Rede Econômica Solidária e Feminista (RESF, 2016), que articula os valores da Economia Solidária com a perspectiva feminista. A RESF busca, por meio de práticas autogestionárias, transformar as relações de trabalho – produção,

distribuição e consumo – promovendo modos alternativos de organização pautados na cooperação, na valorização comunitária e no compartilhamento de saberes.

Ramos (1989) observa que a Economia Solidária se desenvolve em um cenário atravessado por marcadores como gênero, raça e classe. Diante disso, defende a necessidade de criar espaços organizacionais pautados na isonomia, sustentados por valores como autogestão, cooperação, democracia participativa e ações voltadas ao bem-estar coletivo. Para o autor, organizações substantivas priorizam a emancipação dos indivíduos envolvidos, em detrimento do lucro obtido com produtos e serviços.

Serva (1997) reforça essa perspectiva ao argumentar que as organizações substantivas se orientam por uma missão social que ultrapassa os resultados financeiros. Elas se baseiam em princípios éticos, na valorização da autonomia individual, na participação crítica e consciente, e no compromisso com o bem comum, rompendo com os paradigmas das organizações tradicionais. Nessa lógica, as decisões são tomadas coletivamente por meio de reuniões, fortalecendo as ações da organização em sua comunidade e na sociedade em geral.

Diante do exposto, a Economia Solidária mostra-se como uma resposta concreta às contradições do modelo neoliberal, ao articular práticas que valorizam a justiça social, a equidade de gênero, a autogestão e a solidariedade. Trata-se de um modelo que propõe uma reorganização social do trabalho, pautada na cooperação, na inclusão de grupos historicamente marginalizados e na valorização das múltiplas dimensões do cuidado, contrapondo-se à lógica da competitividade e da maximização de lucros. Assim, a Economia Solidária não apenas resiste às desigualdades impostas pelo capitalismo, mas também oferece caminhos viáveis para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária, especialmente ao incorporar as contribuições da Economia Feminista e das abordagens pós-coloniais de gênero.

5 O PAPEL DAS INCUBADORAS FEMININAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária consolidou-se no Brasil na década de 1990, estabelecendo uma articulação significativa com as Incubadoras Sociais, também conhecidas como Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP). O objetivo dessa parceria é oferecer assessoria e incubação a empreendimentos de economia solidária formados por grupos em situação de vulnerabilidade econômica. Entre esses grupos, destaca-se o de mulheres, um público amplamente atendido pelas incubadoras, considerando que, historicamente, as mulheres ocupam uma posição desigual nas relações de trabalho em comparação aos homens.

Essa temática foi abordada no capítulo anterior e será retomada brevemente neste capítulo para elucidar o papel fundamental das incubadoras na vida de mulheres em situação de vulnerabilidade dentro do sistema capitalista.

A análise da economia solidária a partir da perspectiva feminista permite direcionar as discussões para a categoria trabalho, compreendendo as relações entre os indivíduos por meio da divisão social e sexual do trabalho. Rubin (1993), em seu ensaio *O tráfico de mulheres: notas sobre a 'Economia Política' do Sexo*, argumenta que as relações sociais, sexuais e de gênero são estruturadas e perpetuadas em sociedades patriarcais, nas quais as diferenças biológicas entre homens e mulheres são convertidas em desigualdades sociais por meio de normas culturais, econômicas e políticas. Esse processo é definido pela autora como o “sistema de sexo/gênero”.

Essas relações estão associadas à lógica produtiva do capitalismo, que organiza a divisão social do trabalho de forma a atribuir papéis distintos a homens e mulheres. Enquanto o trabalho masculino é valorizado e direcionado à produção, o trabalho feminino é frequentemente desvalorizado, sendo associado às funções de reprodução e cuidado familiar. Esse processo é amplamente naturalizado na sociedade, resultando na exclusão das mulheres de diversos espaços sócio-ocupacionais. Nesse contexto, a economia solidária emerge como um espaço que reconhece e valoriza as habilidades e potencialidades das mulheres, oferecendo alternativas ao mercado de trabalho tradicional, no qual enfrentam barreiras estruturais e discriminação.

A articulação entre as incubadoras e as universidades teve início em 1996, a partir da iniciativa da Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). Essa articulação desempenha um papel fundamental no acompanhamento, formação, apoio e assessoria a empreendimentos solidários voltados para grupos em situação de vulnerabilidade. Diferentemente das empresas que tradicionalmente prestavam esse tipo de serviço mediante cobrança, as incubadoras vinculadas às universidades oferecem esse suporte de forma gratuita à população.

A seleção dos grupos vulneráveis atendidos pelas incubadoras é definida a partir das problemáticas locais vivenciadas por essas comunidades. Entre esses grupos, destacam-se as mulheres em situação de vulnerabilidade, que, ao serem acolhidas pelas incubadoras femininas, recebem orientações sobre a criação e/ou aperfeiçoamento de seus negócios, visando à autossustentabilidade. Além disso, essas incubadoras atuam na superação das desigualdades de gênero. Nesse sentido, as Incubadoras Femininas estão inseridas na lógica

das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), pois seu foco de atuação são mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O surgimento do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), também em 1996, com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), representou um avanço na aproximação entre as incubadoras sociais, o Estado e as políticas públicas. Esse programa possibilitou a articulação de recursos e parcerias institucionais, fortalecendo a atuação das incubadoras. No entanto, foi apenas com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, durante o governo Lula, que a economia solidária ganhou maior força e visibilidade no cenário nacional.

A parceria entre as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e as universidades contribui significativamente para a formação acadêmica, proporcionando aos estudantes a oportunidade de aplicar e aprimorar os conhecimentos adquiridos na universidade, ao mesmo tempo em que promovem o desenvolvimento social e econômico nas comunidades. Esse intercâmbio de saberes é uma via de mão dupla, pois valoriza tanto o conhecimento acadêmico quanto os saberes populares. Ademais, ao fomentar iniciativas como as incubadoras femininas, cria-se um espaço para a redistribuição do poder econômico e o fortalecimento de modelos alternativos ao capitalismo hegemônico. Dessa forma, a valorização do trabalho feminino emerge como uma estratégia crítica à divisão sexual do trabalho imposta pelo capitalismo neoliberal.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou refletir sobre o papel das incubadoras femininas na economia solidária, destacando sua contribuição para a autonomia econômica das mulheres e sua atuação como forma de resistência ao neoliberalismo. A partir da análise bibliográfica, evidenciou-se que o neoliberalismo impõe desafios significativos ao trabalho feminino, aprofundando desigualdades e precarizando condições laborais. O patriarcado e o capitalismo se interconectam para manter a marginalização das mulheres no mercado de trabalho, reforçando a desigualdade salarial, a informalidade e a sobrecarga de trabalho reprodutivo.

Diante desse contexto, a economia solidária emerge como uma alternativa viável, promovendo formas organizativas baseadas na cooperação e na autogestão, contrapondo-se à lógica competitiva e excludente do sistema neoliberal. As incubadoras femininas se destacam como mecanismos fundamentais nesse processo, pois oferecem suporte estrutural para o

desenvolvimento de iniciativas produtivas femininas, fomentando a inclusão social e econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade.

Os achados desta pesquisa indicam que as incubadoras femininas desempenham um papel central na emancipação das mulheres ao capacitá-las para gestão de seus próprios negócios, criando espaços de resistência ao modelo neoliberal. Essa perspectiva reforça a necessidade de maior apoio estatal e político para a expansão dessas iniciativas, bem como da formulação de políticas públicas que garantam condições mais equânimes de participação das mulheres no mercado de trabalho.

Por fim, ressalta-se que futuras pesquisas podem aprofundar a discussão a partir de estudos empíricos que avaliem de forma mais detalhada o impacto das incubadoras femininas na melhoria da qualidade de vida das participantes. Além disso, investigações sobre a interseccionalidade entre gênero, classe e raça podem contribuir para um entendimento mais abrangente das dinâmicas que perpetuam as desigualdades de gênero no contexto neoliberal. Dessa forma, avançamos na construção de alternativas sustentáveis e equitativas que promovam a justiça social e a igualdade de oportunidades para todas as mulheres.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas, SP: Cortez, 2003.

BAUHARDT, Christine. Soluções para a crise? O Novo Acordo Verde, o Decrescimento e a Economia Solidária: Alternativas à economia de crescimento capitalista sob uma perspectiva econômica ecofeminista. **Ecological economics** , v. 102, p. 60-68, 2014.

HAYEK, Friedrich. A. **O caminho para a servidão**. Tradução: Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990..

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.

HIRATA, Helena Sumiko; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595–609, set./dez. 2007. DOI: 10.1590/S0100-15742007000300005

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do Salário: volume I**. São Paulo, SP: Boitempo, 2021.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. *In*: Bruschini, C.; Unbehaum, S.G. (orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. 34 ed. São Paulo: FCC, 2002, p. 59-78.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1992.

RANGEL, Ignácio. Ciclo, tecnologia e crescimento. *In*: RANGEL, Ignácio; BENJAMIN; César (orgs.). **Obras reunidas - Volume 2**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2012, p. 255-408.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “Economia Política” do Sexo. Recife: SOS Corpo, 1993.

GUAYÍ - DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E SOLIDARIEDADE. **Rede de Economia Solidária e Feminista**. Disponível em: http://guayi.org.br/?page_id=1584. Acesso em: 10 jun. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SERVA, Maurício. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de administração de empresas**, v. 37, n. 2, p. 18-30, 1997.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. *In*: Boaventura de Sousa Santos (org.) **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOARES, Maria de Nazaré Moraes; REBOUÇAS, S. M. D. P. Influxos do feminismo na economia solidária: um estudo sobre as práticas organizacionais em empreendimentos autogeridos por mulheres. **Revista Inclusiones**, v. 9, p. 01-23, 2022.